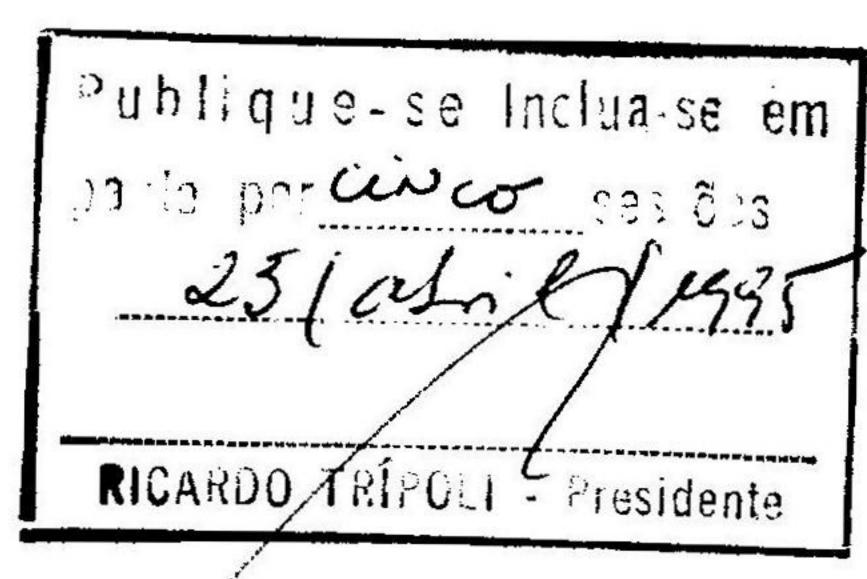
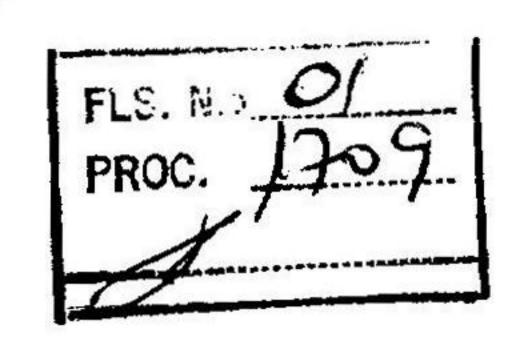
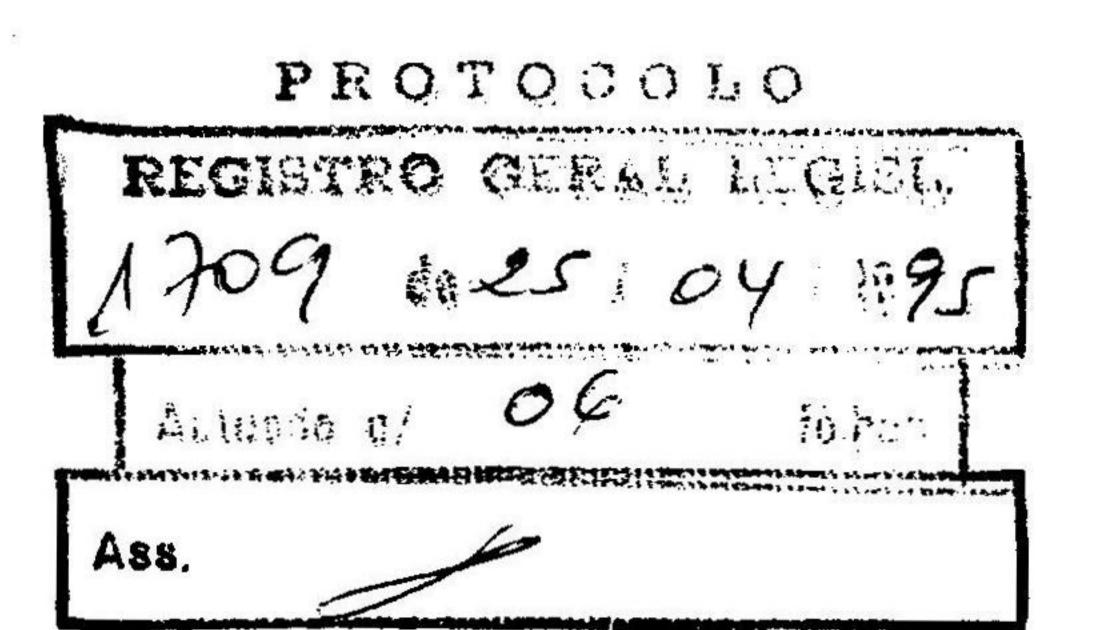
I STATE OF THE PARTY OF THE PAR

The second secon



PROJETO DE LEI Nº Z1Z, de 1995.





Dispõe sobre a definição de "morte no cumprimento do dever" de Policiais do Estado de São Paulo e dã 'outras providências.

Artigo 19 - Considera-se "morte no cumprimento do dever", independentemente de suas causas, de um policial do Estado de São Paulo, quando esta se der:

I - No trajeto de ida ou volta do seu local de serviço para casa.

II - Em serviço.

III- Em defesa da familia ou do lar.

IV - Em defesa de terceiros.

V - Em de sesa da sociedade.

VI - Em casos de vingança, decorrentes de sua atividade policial ou da defesa dela ou da Justiça.

VII- Em treinamento.

VIII Por doença adquirida pelo exercicio de sua ' função.

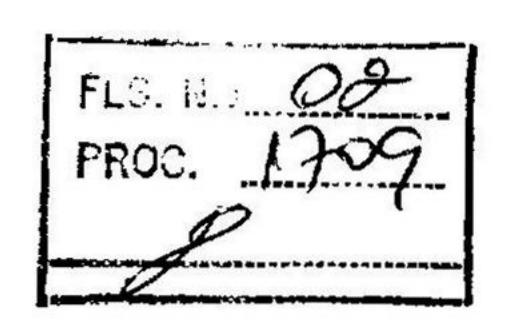
Parāgrafo ūnico - Os ītens III, IV, V, VI e VIII serão considerados mesmo que os policiais não estejam "em serviço".

Artigo 2º - A definição se a morte do Policial Militar foi "no cumprimento do dever" serã dada em processo administrativo e que deverã ter prioridade absoluta na sua tramitação, cujo prazo não poderã exceder 30 dias.

Paragrafo 19 - O rito do processo administrativo! de que trata o "caput" deste artigo, assim como a competência! de sua condução, serã definido pelos respectivos encarregados!

Ú

A CONTROL OF STATE OF



dos recursos humanos das policias militar e civil, independentemente, no prazo máximo e improrrogável de 30 dias após a publicação desta Lei, sendo, que o não cumprimento do prazo em tela, obrigará à concessão, ex-oficio, dos beneficios de que trata esta Lei, mediante simples requerimentos dos beneficiários da pensão do policial morto, até que seja cumprido o que é disposto no inicio deste parágrafo.

Paragrafo 2? - A "morte no cumprimento do dever" de que fala o artigo 1? e 2? desta Lei, confunde-se, para todos os efeitos, com a expressão "morte em serviço", que passa a ter o mesmo significado, sendo que o "caput" do art. 1? da Lei n? 1842, de 07.11.78, passa a ter a seguinte redação com o con sequinte reflexo no art. 2? dessa mesma Lei:

Artigo 19 - O valor da pensão devida aos beneficiarios de servidor policial militar, que falecer em consequência de ato praticado no cumprimento do dever, corresponderã.....

Parāgrafo 3?.- Em consequência do disposto no "caput" deste artigo, altera-se também a redação do art. 28 da Lei 452/74 que passa a ser:

Artigo 28 - A pensão devida aos beneficiários de oficiais e praças que vierem a falecer ou se tornarem inválidos em consequência de ato praticado no cumprimento do dever, nos termos.....

Artigo 3º - Todo o policial do Estado de São Pau-lo morto "no cumprimento do dever" terá direito a imediata promo ção "post mortem", ao posto imediatamente superior, que determinará a pensão a ser percebida por seus dependentes e que será integral, de acordo com o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei 1842, de 07.11.78, que deverá ocorrer no grato momento do enceramento do processo administrativo de que fala o art. 2º desta Lei.

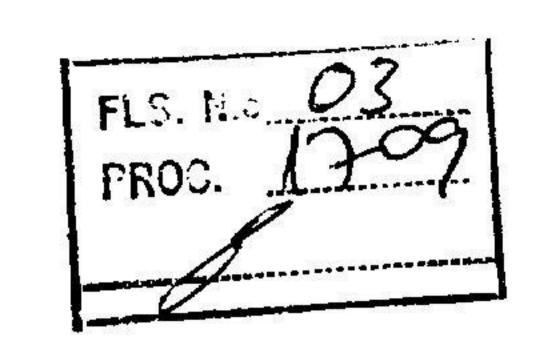
THE PERSON OF THE PERSON PROPERTY AND PERSON OF THE PERSON

The state of the s

to the state of th

The state of the s

1. The second se



Artigo 4º - Esta Lei entrarã em vigor 30 dias apos sua publicação, revogadas as disposições em contrario, não havendo retroação em sua publicação.

Sala das sessões, em

EDNA MECEDO

Deputada Estadual

Divisão de Ordenamento Legislativo Esta proposição contém

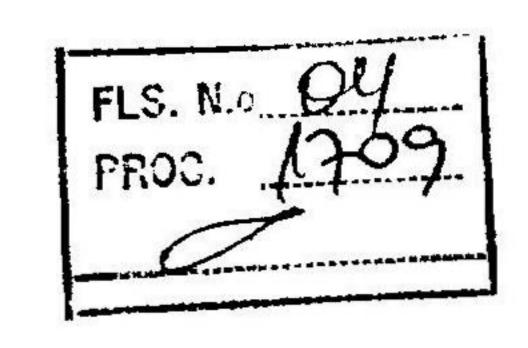
spc. 24 / 1995

Chili Cy Seção

The second secon

to a contract the second of th

The state of the s



# JUSTIFICATIVA

Temos observado que um dos maiores problemas que afligem as famílias dos policiais falecidos e o da definição se a morte do mesmo foi ou não "no cumprimento do dever", o que tem gerado discussões sem fim, processos morosos e muitas vezes imensos e que causam mais dor e sofrimento aqueles 'que perderam um ente querido.

Apresentamos Projeto de Lei que pretendo por fim a esta discussão ao tempo em que procura dar um pequeno 'alivio aos dependentes daqueles que dão a vida em prol do bem estar da sociedade.

EDNA MACEDO

Deputada Estadual

Divisão de licensido trasido de Secção de Exercitor de Publicado na "Ulánia OFICIA."

DE 25-04-95

The state of the s

SECCAO DE TROPIENTE DE LA SECCAO DE TRADICALES DE LA SECCAO DE TRADICALES DE LA SECCAO DE LA SECCIO DEL LA SECCIO DE LA SECCIO DEL LA SECCIO DEL LA SECCIO DE LA SECCIO DE LA SECCIO DE LA SECCIO DEL LA SECCIO DE LA SECCIO DEL LA SECIO DEL LA SECCIO DEL LA SECCIO DEL LA SECCIO DEL LA SECCIO DEL LA SECI

# LEGISLAÇÃO CITADA

FROS.

# LEI N.º 1.842, DE 7 DE NOVEMBRO DE 1978

Dispõe sobre as pensões dos beneficiários de servidores policiais militares e civis, falecidos em consequência de lesões recebidas quando em serviço FLS. N.o.

# O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O valor da pensão devida aos beneficiários de servidor policial militar, que falecer em consequência de ato praticado quando em serviço, corresponderá aos vencimentos integrais do posto de graduação em que se verificar a promoção "post-mortem" e será reajustado sempre que houver majoração de caráter pessoal do serviço ativo do mesmo posto ou graduação.

- § 1.º O disposto neste artigo será aplicado somente após a ocorrência da promoção.
- § 2.º Se o servidor policial tinha o posto de Coronel, o valor da pensão corresponderá aos vencimentos integrais desse posto, acrescidos de 15% (quinze por cento).
- § 3.º Aplica-se a disposição desde artigo às pensões já concedidas a beneficiários de integrantes da extinta Guarda Civil, a partir da vigência desta lei, sem o direito à percepção de quaisquer diferenças atrasadas.
- Artigo 2.º O disposto no artigo anterior e seu parágrafo 1.º se aplica à pensão devida aos beneficiários do servidor policial civil falecido em idêntica circunstância, tomando-se por base, para a fixação dos vencimentos integrais, a classe em que se verificar a promoção "post-morten".
- § 1.º Se o servidor policial civil pertencia a classe mais elevada de sua série de classes ou ocupava o cargo de classe única, o valor da pensão corresponderá, no primeiro caso, aos vencimentos integrais dessa classe, acrescidos de 15% (quinze por cento) e, no segundo, aos vencimentos integrais referentes ao grau imediatamente superior ao do seu padrão.
- § 2.º O excesso, que se verificar, sobre o valor da pensão devida em conformidade com o regime da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, constituirá encargo do Tesouro do Estado e responsabilidade orçamentária do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.
- Artigo 3.º A despesa a que alude o § 2.º do artigo anterior será atendida mediante abertura de crédito suplementar que o Poder Executivo está autorizado a abrir, nos termos do inciso I do artigo 7.º da Lei n.º 1491, de 13 de dezembro de 1977.

eis de penhora e arresto, não se sujeitam tas de quaisquer tributos estaduais, venham a ser objeto e a constituição,

le exigências, dentro do prazo de seis no Diário Oficial, prorrogável por igual ortará em perempção do processo em

ção, a pensão passará a ser devida a no protocolo da CBPM.

á sujeito a prescrição ou decadência.

serão devidas a partir da data do dentro de noventa dias da ocorrência o no protocolo da CBPM, após esse so às pensões atrasadas.

beneficio pela falta de habilitação de

habilitação posterior que implique na duzirá efeito a partir da data em que

# LO III buição

agarão, mensalmente, a importância /a retribuição-base mensal.

á constituída dos vencimentos ou s e outras vantagens, estas últimas

ias e proventos, excetuadas as juda de custo, transporte, auxílioza e equivalente.

es facultativos, que não percebem erão calculadas sobre a retribuiçãoou graduação.

o, durante seis meses consecutivos, a caducidade do direito à pensão, dade.

. 4

# LEGISLAÇÃO CITADA

Artigo 25 - 0 Estado contribuirá para a CBPM com a importância mensal correspondente a seis por cento de retribuição base dos contribuintes.

#### CAPITULO IV

#### Do Valor e do Pagamento da Pensão

Artigo 26 - A pensão, devida em mensalidades integrais, corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor de retribuição-base mensal que os contribuintes percebiam, nos termos do § 1.º do artigo 24, na data de seu falecimento.

Artigo 27 - 0 pagamento da pensão terá início dentro de 60 (sessenta) dias contados da data em que o beneficiário completar a documentação exigida para sua habilitação

Artigo 28 - A pensão devida aos beneficiários de oficiais e praças que vierem a falecer ou se tornarem inválidos, em consequência de lesões recebidas em serviço, nos termos da legislação em vigor, corresponderá à retribuição-base integral do respectivo posto ou graduação.

Parágrafo único - Se houver promoção «post-mortem», a pensão corresponderá a retribuição-base integral do novo posto ou graduação.

Artigo 29 - À esposa e aos filhos menores, ou inválidos, ou à companheira inscrita, de oficial ou praça demitido em consequência de condenação criminal decorrente de ato praticado no exercício normal de suas funções, fica assegurado o direito à percepção da respectiva pensão, enquanto estiver preso ou submetido à medida de segurança detentiva.

Parágrafo único - A condenação criminal superveniente à demissão do oficial ou praça, não confere qualquer direito à pensão de que trata este artigo, salvo se o motivo determinante da condenação for o mesmo da demissão.

# TÍTULO III

#### Do Regime de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica

### CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 30 - A assistência médico-hospitalar e odontológica, aos beneficiários dos contribuintes da CBPM, será prestada pela Cruz Azul de São Paulo, nos termos desta lei e em conformidade com convênio a ser firmado com essa entidade no prazo de 30 (trinta) dias, contando a partir da data da vigência desta mesma lei, com a prévia aprovação do Secretário da Seguraça Pública.

1937 41378

FLS. N.o. Q 6

CONTRACTOR S CO CLEAR 3 Proving A CO	ios do artigo 149 da 1911
	nioposição esteve en
5	3: 6 5 Sessoe
2614.3	5 (1) ), <b>see</b> tend
r cehi o	Substitution
Tue some j jedes at the confiden	7 a B
D. O. L. 4./	<del>-</del>
	, —)
	4

20

a Contraction